

O IESE E A PESQUISA SOBRE «MOÇAMBIQUE NO MUNDO» (2010-2018)

Sérgio Chichava

INTRODUÇÃO

A pesquisa do IESE sobre «Moçambique no Mundo» começou em 2008 com a publicação do artigo «Mozambique and China. From politics to business?». No entanto, o IESE, que oficialmente foi constituído em Setembro de 2007, e estava inicialmente organizado em três grupos de pesquisa, nomeadamente «Economia e Desenvolvimento»; «População, Pobreza e Protecção Social» e «Cidadania, Participação e Governança», só viria a fazer pesquisa sistemática sobre este assunto a partir de 2010.

A pesquisa sobre «Moçambique no Mundo» ficou enquadrada no grupo «Cidadania, Participação e Governança», com a perspectiva de futuramente se constituir em grupo de pesquisa autónomo.¹ Entretanto, com as mudanças introduzidas em 2017, a pesquisa passou a organizar-se em linhas temáticas e não em grupos. A ideia de estudar «Moçambique no Mundo» partia do pressuposto de que o IESE não podia ficar alheio aos desafios do País no contexto da África Austral, particularmente em relação à África do Sul, dadas as relações históricas de grande dependência estrutural da economia de Moçambique em relação àquele País, por um lado, e devido à emergência de novos actores que estão a transformar profundamente a estrutura económica mundial e as relações internacionais, por outro. Fazem parte deste grupo de países, o Brasil, a China, a Índia, a Rússia e a África do Sul, mais conhecidos pela sigla BRICS. Como dizia, Castel-Branco, primeiro director do IESE na conferência inaugural deste instituto em Setembro de 2007:

«Não é possível pensar Moçambique sem imediatamente equacionar a África Austral e o contexto internacional (...) Além disso, Moçambique tem uma das mais altas taxas de dependência de ajuda externa e de investimento estrangeiro em África. A expansão do capital sul-africano na região, no pós-Apartheid, é marcante para muitos países da região, com impactos provavelmente ainda mais dinâmicos e de longo prazo que as formas mais tradicionais de integração via trabalho

¹ Entretanto, também se pensou em enquadrar esta pesquisa, que foi oficialmente designada por «África Austral e Economias Emergentes» no grupo de investigação «Economia e Desenvolvimento». Ver IESE, 2011: 50.

migratório e serviços de transportes. Por isso, faz sentido que a análise sobre Moçambique equacione o plano regional, e que também exista um grupo temático que se debruce sobre África Austral. Este grupo inclui temas extremamente actuais e relevantes como o impacto de dinâmicas de reestruturação industrial da África do Sul na região, turismo, trabalho migratório e redes de comércio, negociações comerciais com a União Europeia e a expansão da Índia e da China, e os impactos estruturantes que essas dinâmicas têm nas economias regionais (Castel-Branco, 2007: 5-6).

Basicamente, a ideia era estudar Moçambique no contexto da África Austral e das economias emergentes. Com a criação da série *Desafios para Moçambique*, em 2010, devido à importância que o IESE dá a esta temática, constituiu-se uma secção designada por «Moçambique no Mundo». Dez anos depois da criação da série *Desafios para Moçambique* que balanço se pode fazer sobre o contributo do trabalho do IESE nesta área? Este é o tema a que este artigo se propõe responder. Para isso, analisam-se os artigos publicados por pesquisadores do IESE, associados ou outros, nos livros *Desafios para Moçambique* desde 2010.²

«MOÇAMBIQUE NO MUNDO» NO *DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE* ENTRE 2010 E 2018

Durante o período em análise, três temáticas dominaram a secção «Moçambique no Mundo» do livro *Desafios para Moçambique*: «BRICS», «África Austral» e «Moçambique e o resto do Mundo» (ver tabela 1).

TABELA 1. ARTIGOS SOBRE «MOÇAMBIQUE NO MUNDO» NO LIVRO *DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE* (2010-2018)

	Autor(es)	Título	Ano de publicação
1	Abdul Magid Osman, Nelson Saúte	«Moçambique no mundo. A competição subtil»	2010
2	Sérgio Chichava	«Moçambique na rota da China. Uma oportunidade para o Desenvolvimento?»	2010
3	João Paulo Borges Coelho	«SADC. Cooperação e segurança pública»	2011
4	Sérgio Chichava	«As economias emergentes no sector agrícola moçambicano. Leituras, implicações e desafios»	2011
5	Carlos Nuno Castel-Branco	«Dependência de ajuda externa, acumulação e <i>ownership</i> . Contribuição para um debate de economia política»	2011
6	Sérgio Chichava	«Investimento directo estrangeiro e o combate à pobreza em Moçambique. Uma leitura a partir do investimento chinês na agricultura»	2012
7	Carlos Oya	«Crise global, crescimento e desafios para Moçambique e sua estratégia de desenvolvimento»	2012

Cont.»

² Esta análise não inclui, os estudos do IESE sobre «Moçambique no Mundo» publicados em revistas internacionais; em livros fora do IESE e em outras publicações do IESE.

Cont.»

8	Jimena Durán, Sérgio Chichava	«O Brasil na agricultura Moçambicana: parceiro de desenvolvimento ou usurpador de terra?»	2013
9	Sérgio Chichava, Jimena Durán, Lídia Cabral, Alex Samland, Lila Buckley, Tang Lixia e Zhang Yue	«Discursos e narrativas sobre o engajamento brasileiro e chinês na agricultura moçambicana»	2013
10	Alcinda Honwana	«Juventude, <i>waitthood</i> e protestos sociais em África»	2014
11	Sérgio Chichava	«Acumulação num contexto de lógicas de dinâmicas neopatrimoniais: o caso da ARPONE em Xai-Xai»	2014
12	Raúl Chambote	«A controvérsia sobre a navegação nos rios Zambeze e Chire nas relações diplomáticas entre Moçambique e o Malawi»	2015
13	Carolina Milhorance	«Economias emergentes e instituições nacionais. Debate sobre a presença brasileira em Malawi e Moçambique»	2015
14	Sérgio Chichava	«A sociedade civil e o ProSAVANA em Moçambique»	2016
15	Carlos Nuno Castel-Branco	«A Grécia e Moçambique. Dilemas, lições e opções de luta»	2016
16	Sérgio Chichava	«Moçambique e crise político-económica brasileira»	2017
17	Natália N. Fingeremann	«Um olhar do IESE sobre a cooperação Sul-Sul»	2017
18	Ana Garcia, Yasmin Bitencourt, Bárbara Dias	«Acordos de protecção de investimentos dos BRICS na África: Mais do mesmo?»	2018
19	Ali Brossard Antonielli	«A transferência de tecnologia do Brasil para Moçambique para a fabricação local de medicamentos genéricos: condições históricas e práticas de uma cooperação em saúde e tecnologia»	2018
20	Cristina Udelsmann Rodrigues	«Migração e urbanização em Angola e Moçambique»	2018
21	Marc de Tollenaere	«Os homens e as mulheres pelo meio: o factor humano na ajuda ao desenvolvimento em Moçambique»	2018

Fonte: autor.

BRICS, TEMA DOMINANTE NO *DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE*

Ao longo do período mencionado, foram publicados no livro *Desafios para Moçambique* 13 artigos sobre os BRICS. Destes, três abordam a China em Moçambique, cinco são sobre o Brasil em Moçambique, três comparam a presença dos BRICS em Moçambique e dois são sobre a presença dos BRICS em África (ver gráfico 1).

Os dois primeiros artigos a inaugurar a secção «Moçambique no Mundo» no livro *Desafios para Moçambique 2010* nomeadamente «Moçambique no mundo. A competição subtil» e «Moçambique na rota da China. Uma oportunidade para o desenvolvimento?» estavam focados na análise dos BRICS em Moçambique e tinham basicamente as seguintes preocupações: entender os desafios e as pressões internas e externas que a emergência de novos actores no cenário político e económico internacional impunham para Moçambique, quer a nível interno, quer regional, quer na sua relação com os chamados «doadores tradicionais»; e perceber o que o País devia fazer para lidar com estas mudanças e tirar partido do interesse cada vez mais maior dos BRICS em relação à África, particularmente da China em relação à Moçambique (Osman & Saute, 2010; Chichava, 2010). Mas também havia a preocupação de

que alguns investimentos dos BRICS, com destaque para a China no sector madeireiro, não estivessem a beneficiar a sociedade em geral, mas apenas um pequeno grupo ligado à elite política no poder em Moçambique. Isto coincidia com um altura em que vários relatórios de organizações da sociedade civil nacionais e estrangeiras indicavam haver uma exploração desenfreada da madeira para a China sem respeito pelas leis locais (exploração para além dos limites estabelecidos por lei, exportação de madeira em toros e não processada), pondo em causa as florestas do País, numa acção que envolvia a elite dirigente moçambicana com empresários chineses. Este é um assunto que continua na ordem do dia, e põe seriamente em causa a imagem da China em Moçambique e conforta algumas teses que advogam que aquele País asiático não está preocupado com o desenvolvimento de África, mas apenas com os seus recursos naturais. Paradoxalmente, enquanto a imprensa moçambicana independente e a sociedade civil pediam contas ao Governo e se insurgiam contra o que estava a acontecer, o antigo presidente Armando Guebuza afirmava que os que criticavam a cooperação com a China estavam a delirar e não sabiam o que diziam (O País, 2011).

Entretanto, a importância da presença brasileira e chinesa em Moçambique, particularmente, no sector agrícola, iria, a partir de 2011, focalizar a pesquisa do IESE nesta área e sobre estes países. Por isso, as publicações de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2016, que constituem o grosso da pesquisa do IESE publicada na secção «Moçambique no Mundo», iriam abordar o engajamento brasileiro e chinês no sector agrícola moçambicano. Muitas destas publicações enquadravam-se no projecto de pesquisa *China and Brazil in African Agriculture* feito em colaboração com o Institute for Development Studies (IDS) da Universidade de Sussex.

Basicamente, estes estudos procuravam analisar os paradigmas da construção da política externa chinesa e brasileira, os discursos e narrativas da parceria Moçambique, Brasil e China, bem como as motivações dos diferentes actores envolvidos na cooperação, as diferenças e semelhanças dos seus modelos de cooperação, das suas abordagens e dos seus paradigmas.

No que diz respeito ao Brasil, Moçambique era na altura, o maior recipiente da cooperação técnica brasileira em África e a agricultura era o sector mais importante na cooperação técnica entre os dois países. Além disso, Moçambique, hospedava o maior projecto agrícola do Brasil no mundo, o ProSAVANA, um programa trilateral envolvendo o Brasil, o Japão e Moçambique e em implementação no Corredor de Nacala, mais concretamente nas províncias de Nampula, Zambézia e Niassa, no Norte de Moçambique. Inspirado no Prodecer, um programa que se considerava ter transformado o Brasil com ajuda do Japão, numa potência agrícola mundial, o ProSAVANA tem a mesma ambição para Moçambique. Contudo, desde o início, este programa tem sido alvo de enorme contestação por parte de organizações da sociedade civil moçambicana e coadjuvada por outras organizações internacionais. O maior argumento destas organizações é o de que o Prodecer, no qual se inspira o ProSAVANA, não fora um programa de sucesso como tem sido propalado, mas sim um programa que expropriou terra de camponeses

brasileiros em benefício de grandes empresas e prejudicou o meio ambiente. Logo, temia-se que estes problemas do Prodecer se reproduzissem em Moçambique. A contestação colocou a sociedade civil moçambicana em rota de colisão com o Governo de Armando Guebuza, que considerava este projecto «revolucionário» e acusava as organizações moçambicanas de estarem a ser manipuladas por interesses estranhos ao desenvolvimento do País. Por sua vez, a sociedade civil moçambicana acusava o Governo de estar vendido ao grande capital. A contestação colocou a implementação do programa em crise e criou conflitos e divisões no seio das organizações da sociedade moçambicana. A crise do ProSAVANA também foi ditada pela recessão económica e financeira no Brasil, que se retirou completamente de vários projectos de cooperação técnica que tinha em Moçambique. Actualmente, as actividades do ProSAVANA, são quase integralmente financiadas pelo Japão, tendo o Brasil também retirado de Maputo os representantes da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Embrapa, que aqui estavam baseados durante o período áureo da cooperação. Actualmente, as acções da ABC em relação ao ProSAVANA são coordenadas e desenvolvidas a partir de Brasília (Durán & Chichava, 2013; Chichava *et al.*, 2013; Chichava, 2016, 2017). A impopularidade do ProSAVANA levou o Governo moçambicano a criar um outro megaprojecto agrícola em 2017 orçado em 10 milhões de dólares, com o apoio do Banco Mundial (BM), denominado Sustenta, que está em implementação nas províncias de Zambézia e Nampula, ou seja, em algumas regiões onde também se prevê implementar o ProSAVANA.³ A mediatização do programa Sustenta, levou praticamente à secundarização e ao «esquecimento» do ProSAVANA.

Em relação à China, o investimento da empresa chinesa Wanbao Africa Agriculture Development LDA. (WAADL) na produção de arroz no Regadio do Baixo Limpopo desde 2012, o mais importante engajamento chinês na agricultura moçambicana, concentrou as atenções da pesquisa do IESE durante os 10 anos do livro *Desafios para Moçambique*.

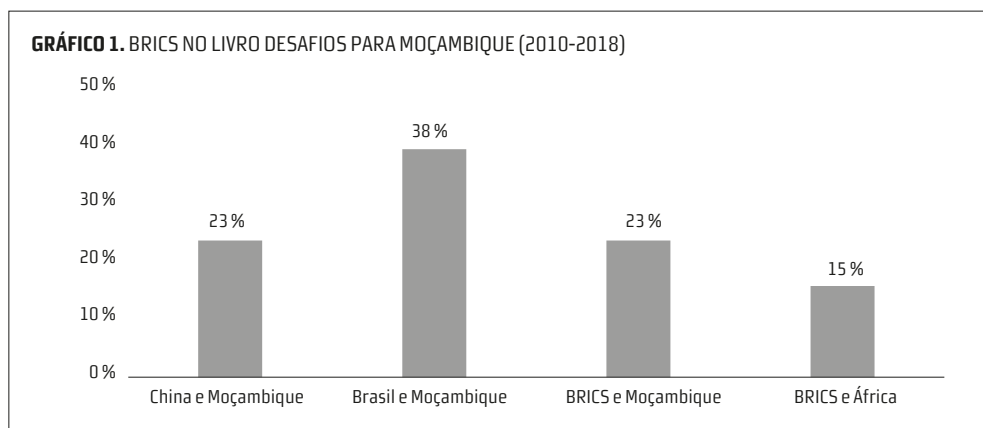
O investimento da WAADL ocupa uma área de 20 000 hectares no Regadio do Baixo Limpopo, província de Gaza, e era considerado em 2013, pelo China Development Bank (CDB), o maior projecto agrícola financiado por este banco em África. O objectivo deste projecto, de acordo com os seus proponentes, era tornar Moçambique auto-suficiente na produção de arroz e, à semelhança do ProSAVANA, era um dos símbolos do «sucesso» da cooperação com a China e do Governo de Armando Guebuza, que visitou o projecto em várias ocasiões. A WAADL conta ainda expandir as suas actividades para o distrito de Chókwè, na mesma província.

A WAADL substituíra a empresa estatal Hubei Lianfeng Mozambique Co., LDA. (HLMO, CO, LDA.), que se tinha instalado em Gaza em 2007, graças a um acordo entre os governos de Moçambique e da China, mas que fora incapaz de levar o projecto avante por dificuldades financeiras. À semelhança do projecto ProSAVANA, este projecto chinês é alvo

³ Para mais detalhes sobre o Sustenta ver Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável, s.d.

de contestação por parte da sociedade civil moçambicana, que acusa a WAADL de, com a cumplicidade do Governo, ter usurpado terra dos camponeses do Baixo Limpopo. Igualmente, a pesquisa realizada pelo IESE constatou que o projecto beneficiava as elites locais ligadas ao partido Frelimo em detrimento dos camponeses, o que criava um certo descontentamento. Estranhamente e por razões ainda por estudar, a contestação ao projecto da WAADL por parte da sociedade civil moçambicana não tem sido tão mediática e vigorosa como no caso do ProSAVANA, apesar de o projecto estar numa fase bastante avançada de implementação. Ainda que a maior organização moçambicana dos camponeses, a União Nacional dos Camponeses (UNAC), tenha emitido alguns comunicados criticando a maneira como o projecto estava a ser implementado, numa acção também seguida por outras organizações, com destaque para a Justiça Ambiental, a contestação mais vigorosa veio apenas de uma organização local, designada por Fórum das Organizações Não Governamentais de Gaza (FONGA), sem grande expressão a nível nacional (Chichava *et al.*, 2013; Chichava, 2014).

É preciso notar também que uma das principais conclusões da pesquisa do IESE em relação ao investimento chinês na agricultura tem a ver com o facto de a maior parte estar exclusivamente concentrada na exploração florestal (Chichava, 2012).



Entretanto, olhando para a pesquisa global do IESE sobre os BRICS, entre 2010 e 2018, pode-se concluir que a maior parte não foi publicada no livro *Desafios para Moçambique*, tendo sido publicada em outro tipo de livros (ver tabela 2). Dois destes livros versaram sobre a China e Moçambique, nomeadamente: *A Mamba e o Dragão. Relações China-Moçambique em Perspectiva* (Chichava & Alden, 2012); *China and Mozambique: From Comrades to Capitalists* (Alden & Chichava, 2014), que é uma versão revista, actualizada e aumentada do primeiro livro. A versão inglesa possui 12 capítulos, incluindo a introdução e a conclusão, nomeadamente: um capítulo sobre as relações históricas sino-moçambicanas; um sobre os interesses chineses na banca moçambicana; um sobre os padrões e características dos investimentos chineses em Moçambique

com base nos dados do antigo Centro de Promoção de Investimentos (CPI), actual Instituto para a Promoção de Exportações (IPEX); um sobre a construção, concretamente sobre os efeitos socioeconómicos da construção de uma estrada no sul da província de Gaza; um que discute a ideia muito espalhada segundo a qual haveria um plano central (*master plan*) do Governo chinês para colonizar a África através do envio de milhares de cidadãos chineses para este continente; três sobre agricultura, designadamente sobre (i) o Centro de Transferência de Tecnologias Agrárias de Umbeluzi (CITTAU), estabelecido graças à cooperação chinesa com objectivo de ajudar Moçambique a aumentar a sua produtividade agrícola; (ii) o debate sobre *land grabbing* ou usurpação da terra por parte da China com vista a implantar os seus projectos agrícolas em África e (iii) a WAADL e as elites moçambicanas na produção de arroz no Regadio do Baixo Limpopo; um sobre a comunidade chinesa em Moçambique e, finalmente, um sobre as perspectivas e representações dos moçambicanos em relação à presença chinesa. A versão inglesa é considerada por um dos grandes analistas das relações China-África, Ian Taylor, «um excelente livro» e um importante contributo não só para quem está interessado em Moçambique e na China, ou na relação China-África, mas também para quem está interessado em compreender a estratégia chinesa «*Going Global*» (Taylor, 2015).

Um outro livro, publicado em 2016 com o título *Mozambique and Brazil. Forging New Partnerships or Developing Dependency?* (Alden, Chichava & Alves, 2017) versa sobre o Brasil e Moçambique. Além da introdução, o livro possui 13 capítulos discutindo uma série de assuntos, nomeadamente as relações bilaterais e económicas; as relações entre o Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP); os investimentos brasileiros na indústria extractiva; a cooperação técnica nos sectores da agricultura e da saúde; a transferência de tecnologia; intercâmbios culturais e a presença das igrejas pentecostais brasileiras em Moçambique. No mesmo período, o IESE publicou 12 artigos em revistas e livros internacionais, bem como em outro tipo de publicações fora do País. Estes artigos foram publicados em inglês ou francês. As publicações fora do IESE, sobretudo em revistas com revisão de pares e em línguas estrangeiras, têm a ver com a necessidade de se internacionalizar o trabalho do instituto, de modo que o debate sobre estes temas não fique apenas concentrado em Moçambique, ou para que o IESE possa inserir-se no mercado científico mundial (Cahen, 2019).

TABELA 2. ARTIGOS DO IESE SOBRE AS «ECONOMIAS EMERGENTES» EM OUTRAS PUBLICAÇÕES (2010-2018)

Autor(es)	Título	Revista/Livro	Ano de publicação
Sérgio Chichava	«Mozambique-Chine : de la politique au business?»	Alternatives SUD	2011
K. Amanor, S. Chichava, B. Chisinga & L. Mukwereza	«Towards an even-handed and effective Africa-Brazil exchange for agricultural development: African perspectives»	Poverty Focus, 24	2012

Cont.»

»Cont.

S. Chichava, J. Durán, L. Cabral, A. Shankland, L. Buckley T. Lixia & Z. Yue	«Brazil and China in Mozambican agriculture: emerging insights from the field»	IDS Bulletin	2013
Sérgio Chichava	«Chinese agricultural investment in Mozambique. The case of Wanbao rice farm»	SAIS Policy Brief	2014
Sérgio Chichava	«Controversy surrounds most ambitious agricultural project to date in Mozambique», Africa at LSE»	LSE Africa Blog	2014
Sérgio Chichava	«Chinese and Brazilian Agricultural Models in Mozambique: the case of the Chinese Agricultural Technology Demonstration Centre and of the Brazilian ProALIMENTOS»	Future Agriculture Consortium Working Paper	2015
Sérgio Chichava	«Mozambican elite in a Chinese rice “friendship”: an ethnographic study of the Xai-Xai irrigation scheme»	Future Agriculture Consortium Working Paper	2015
Kojo Amanor & Sérgio Chichava	«South-South Cooperation, Agribusiness, and African Agricultural Development: Brazil and China in Ghana and Mozambique»	World Development	2016
Sérgio Chichava & Jimena Durán	«Civil society organisations' political control over Brazil and Japan's development cooperation in Mozambique: more than a mere whim?»	Working paper/LSE Global South Unit	2016
Sérgio Chichava & Jimena Durán	«Resisting South-South Cooperation? Mozambican Civil Society and Brazilian Agricultural Technical Cooperation»	South-South Cooperation Beyond the Myths. Rising Donors, New Aid Practices?, I. Bergamaschi; P. Moore & Arlene Tickner (org.)	2017
Ana Alves & Sérgio Chichava	«Neo-patrimonialism and extraversion in China's relations with Angola and Mozambique: Is Beijing making a difference?»	New Directions in Africa-China Studies, D. Large & C. Alden, (org.)	2018

Fonte: autor.

MOÇAMBIQUE E ÁFRICA AUSTRAL NO DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE

Foram publicados três estudos sobre Moçambique e a África Austral na secção «Moçambique no Mundo» entre 2010 e 2018, o que representa 14 % do total de publicações nesta secção (gráfico 2). O primeiro destes artigos foi o «SADC. Cooperação e segurança pública», publicado na segunda edição do livro *Desafios para Moçambique* em 2011. Como o próprio título indica, o artigo discute a questão da cooperação em segurança no âmbito da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), concretamente no que se refere à cooperação entre as polícias da região no combate ao crime. Trata-se de um assunto bastante actual e importante, num contexto de grande desnível em termos de desenvolvimento económico entre os países da SADC, com milhares de cidadãos desta região a migrar para a maior economia da região, a África do Sul, o que tem elevado os índices de criminalidade naquele País e tem criado tensões entre os sul-africanos e os seus vizinhos. Por exemplo, nos últimos anos têm crescido os casos de ataques xenófobos contra cidadãos de países vizinhos na África do Sul, com destaque para Moçambique, além dos casos já antigos de caça furtiva e roubos de viaturas. Em relação a este último ponto, por exemplo, muito recentemente, cidadãos sul-africanos

pediram ao seu Governo, a construção de um muro na fronteira com Moçambique, para minimizar as ocorrências de furto de viaturas por parte de moçambicanos (Times Live, 2017). O segundo artigo intitulado «A controvérsia sobre a navegação nos rios Zambeze e Chire nas relações diplomáticas entre Moçambique e o Malawi» e publicado na edição de 2015, aborda o conflito entre Moçambique e o Malawi em volta dos rios Zambeze e Chire. O Malawi pretende usar os rios Zambeze e Chire de modo a ter acesso directo ao mar, mas Moçambique acha que estes não são navegáveis nem comercialmente viáveis, recomendando o uso dos seus portos (Beira e Nacala Porto).

A situação chegou a criar momentos de grande tensão entre os dois países, particularmente durante os mandatos de Armando Guebuza (Moçambique) e Bingo Wa Mutharika (Malawi). É de sublinhar que Moçambique e o Malawi nunca tiveram boas relações, com o regime de Maputo a acusar Blantyre de ter apoiado movimentos que estavam contra a Frelimo durante a luta armada e de, após a independência de Moçambique, ter apoiado o *Apartheid* e a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo). Por sua vez, o Malawi tem velhas reivindicações sobre algumas partes do território moçambicano, que considera serem partes integrantes daquele País, em virtude de terem sido parte do antigo Império Marave, que ocupava vastas regiões do Malawi e do Norte de Moçambique e donde deriva o nome daquele País.

O terceiro e último artigo, com o título «Migração, movimento e urbanização em Angola e Moçambique», foi publicado na edição de 2018 e discute a relação entre a urbanização e migração interna e respectivas relações com os processos históricos, políticos e económicos em Angola e Moçambique, duas antigas colónias portuguesas, que, imediatamente a seguir às suas independências em 1975, conheceram décadas de guerras civis intensas que destruíram as suas economias e ceifaram centenas de milhares de vidas.

Olhando, para os artigos sobre Moçambique e a África Austral, publicados ao longo dos 10 anos da existência do livro *Desafios para Moçambique*, pode-se concluir que muitos temas ficaram por tratar.

Em relação à África do Sul, cabe mencionar que embora este País seja considerado parte dos BRICS, ele tem uma longa ligação com Moçambique, que data dos finais do século XIX, quando a economia moçambicana foi desenhada para servir os interesses do sector mineiro sul-africano através de exportação de mão-de-obra e do uso dos seus portos, criando uma dependência estrutural que se mantém até hoje. Por isso, não foi surpreendente que um dos primeiros grandes projectos de pesquisa que o País conheceu logo que teve a sua independência em 1975, levado a cabo pelo Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane, tenha sido sobre as relações de Moçambique com a África do Sul ainda no contexto do *Apartheid*, de partido único de orientação Marxista-Leninista, de guerra civil em Moçambique e de grande tensão entre os países da África Austral, sobretudo em relação à África do Sul. No contexto actual, em que, embora o *Apartheid* tenha desaparecido, a guerra

civil tenha terminado e o partido único em Moçambique tenha, oficialmente, deixado de existir, a relação de dependência económica de Moçambique continua, impõe-se uma investigação sistemática e profunda igual à que foi levada pelo CEA. Igualmente, é necessário compreender as mutações ocorridas à escala regional depois do fim do *Apartheid*, como, por exemplo, a nível da SADC e da emergência de outras forças de alcance global que certamente criam desafios à região.

MOÇAMBIQUE E O RESTO DO MUNDO

Durante o período em análise, a secção «Moçambique no Mundo», foi dominada por três temas sobre «Moçambique e o resto do Mundo»: Moçambique e a dependência externa; crise económica e financeira internacional e juventude e protestos sociais em África. Foram publicados nesta secção cinco artigos, totalizando 24 % do total nesta secção ao longo do período em análise (gráfico 2). Três destes artigos, foram publicados por investigadores convidados, ou seja, não do IESE.

O primeiro intitulado «Crise global, crescimento e desafios para Moçambique e sua estratégia de desenvolvimento», da autoria de Carlos Oya, publicado em 2012, aborda o impacto da crise global em África, os seus traços mais significativos, a capacidade de reacção das economias africanas face a esta conjuntura, bem como as suas implicações e os desafios para Moçambique. As questões levantadas por este artigo são deveras importantes para países periféricos, pobres e frágeis como Moçambique, que dependem sobremaneira da ajuda internacional.

O segundo artigo, com o título «Juventude, *waithood* e protestos sociais em África» da autoria da Alcinda Honwana, publicado em 2014, discute a juventude e os protestos sociais em África. Trata-se de uma questão bastante relevante num continente em que a maior parte da população é jovem, mas paradoxalmente se encontra à margem da sociedade. É também um assunto ao qual Moçambique não está alheio, sobretudo quando se sabe que grande parte dos jovens moçambicanos não tem acesso a emprego. Foram estes jovens marginalizados que maioritariamente estiveram por detrás das revoltas populares de 2008 e 2010 na cidade de Maputo, protestando contra a subida dos preços do pão e do transporte, assunto sobejamente estudado pelo IESE, que culminou na publicação de um livro intitulado *Agora Eles Têm Medo de Nós. Uma Colectânea de Textos sobre as Revoltas Populares em Moçambique (2008-2012)*, publicado em 2017.⁴

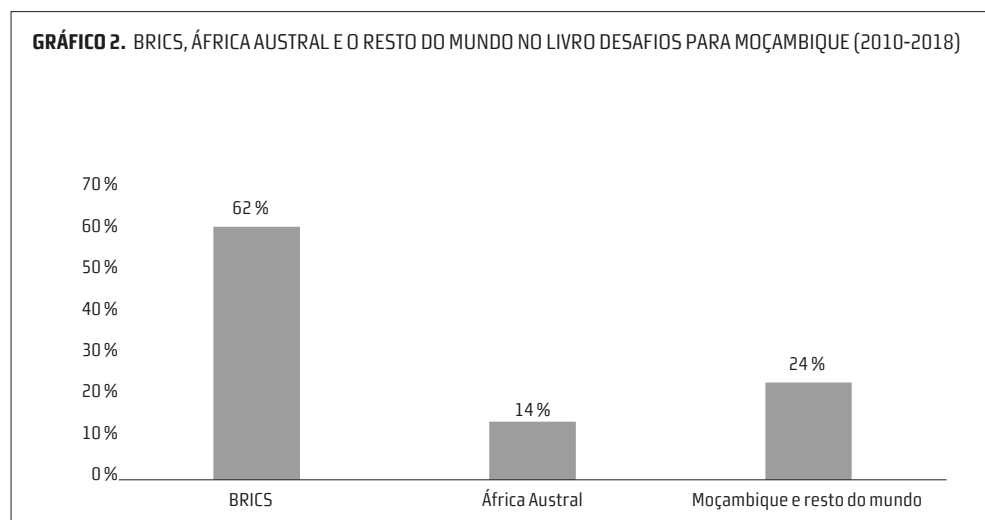
O terceiro artigo da secção «Moçambique no Mundo», publicado em 2016 com o título «A Grécia e Moçambique. Dilemas, lições e opções de luta», da autoria de Carlos Castel-Branco, discute a crise económica na Grécia e possíveis lições para Moçambique, partindo-se do pressuposto de que os dois países apresentavam algumas características semelhantes,

⁴ Para mais detalhes sobre este livro ver Brito, 2017.

nomeadamente a extrema dependência em relação a fluxos externos de capital. De realçar que a crise na Grécia coincidiu com a descoberta das chamadas dívidas ocultas ou ilegais, contraídas durante o segundo mandato do presidente Armando Guebuza (2009-2014), que colocou o País numa enorme crise de dívida e em conflito com os doadores, que praticamente retiraram a ajuda ao Orçamento Geral do Estado (OGE), condicionando a sua retomada ao esclarecimento deste assunto. O assunto grego tinha levantado debates em vários fóruns de discussão em Moçambique, particularmente nas redes sociais. A crise das «dívidas ocultas», e as suas implicações para a economia de Moçambique, foi também extensivamente estudada pelo IESE (Castel-Branco *et al.*, 2013).

Os restantes dois artigos publicados na secção «Moçambique no Mundo» – nomeadamente «Dependência de ajuda externa, acumulação e *ownership*. Contribuição para um debate de economia política», de Carlos Castel-Branco e publicado em 2011, e «Os homens e as mulheres pelo meio: o factor humano na ajuda ao desenvolvimento em Moçambique», de Marc de Tollenaere e publicado em 2018 – discutem a questão da dependência de Moçambique em relação à ajuda externa, que representava quase metade do OGE, olhando para a influência do factor humano na ajuda ao desenvolvimento e para as relações e conflitos entre doadores, Estado receptor e grupos sociais de interesse em Moçambique no período pós-guerra civil que dilacerou o País durante cerca de 16 anos e terminou oficialmente com os acordos de Roma de 1992. A relevância da questão da dependência externa da economia moçambicana não foi apenas objecto da secção «Moçambique no Mundo», mas ocupou e continua a ocupar a pesquisa do IESE, sobretudo dos seus economistas.

GRÁFICO 2. BRICS, ÁFRICA AUSTRAL E O RESTO DO MUNDO NO LIVRO DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE (2010-2018)



CONCLUSÃO

Este artigo discutiu a contribuição do IESE para a pesquisa sobre «Moçambique no Mundo» publicada no livro *Desafios para Moçambique* entre 2010 e 2018. O estudo conclui que, apesar de muita pesquisa realizada nesta área, esta concentrou-se apenas nos BRICS ou «economias emergentes», mais particularmente no Brasil e na China. Igualmente, a maior parte da pesquisa sobre Moçambique não foi publicada no livro *Desafios para Moçambique*, mas sim em outras publicações. Também houve poucos estudos sobre a região e o resto do mundo. A predominância de estudos sobre o Brasil e a China explica-se pelo facto de estas duas economias terem sido as que estiveram mais activas em Moçambique e em África no período em análise.

Alargar a análise para além da China e do Brasil é um dos próximos desafios do IESE nesta área. Uma das áreas que terá de ser olhada com muita atenção no futuro é a que se prende com o papel da África do Sul no contexto da África Austral, particularmente com as relações económicas e políticas entre Moçambique e África do Sul, devido não só à dependência estrutural da economia moçambicana em relação a este País, mas também ao imenso investimento de empresas sul-africanas no País e às relações históricas entre o African National Congress (ANC) e a Frelimo. Igualmente, para melhor entender o que está a acontecer, como está a acontecer e os desafios que daqui advêm para Moçambique e para a África Austral em virtude da emergência dos BRICS na arena política e económica internacional, o IESE irá alargar o foco da sua pesquisa das actuais áreas para outras, nomeadamente para a eventual diferença entre as abordagens e os paradigmas das «economias emergentes». A mesma análise será feita entre as «economias emergentes» e os chamados «doadores tradicionais».

REFERÊNCIAS

- Alden, C. & Chichava, S. (2014). *China and Mozambique: From Comrades to Capitalists*. Joanesburgo: Jacana Media.
- Alden, C.; Chichava, S. & Alves, A. (2017). *Mozambique and Brazil. Forging New Partnerships or Developing Dependency?* Joanesburgo: Jacana Media.
- Brito, L. de (2017). *Agora Eles Têm Medo de Nós. Uma Colectânea de Textos sobre as Revoltas Populares em Moçambique (2008-2012)*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2007) *Desafios para a Investigação Social e Económica em Moçambique*. In: 2007 Maputo. p.
- Chichava, S. (2017). «Moçambique e a crise político-económica brasileira». In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (eds.). *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE, pp. 381-409.
- Chichava, S. (2016). «A sociedade civil e o ProSAVANA em Moçambique». In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (eds.). *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE, pp. 375-384.
- Chichava, S. (2014). «Acumulação num contexto de lógicas e dinâmicas neopatrimoniais: O caso da ARPONE em Xai-Xai». In: *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo: IESE, pp. 413-425.
- Chichava, S. (2012). «Investimento directo estrangeiro e o combate à pobreza em Moçambique: Uma leitura a partir do investimento chinês na agricultura». In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (eds.). *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE, pp. 411-426.
- Chichava, S. (2010). «Moçambique na rota da China. Uma oportunidade para o desenvolvimento?» In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (eds.). *Desafios Para Moçambique 2010*. Maputo: IESE, pp. 337-351.
- Chichava, S. & Alden, C. (2012). *A Mamba e o Dragão. Relações China-Moçambique em Perspectiva*. Maputo: IESE.
- Chichava, S.; Durán, J., Cabral, L., Shankland, A. *et al.* (2013). «Discursos e narrativas sobre o engajamento brasileiro e chinês na agricultura moçambicana». In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (eds.). *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE, pp. 417-438.
- Durán, J. & Chichava, S. (2013). «O Brasil na Agricultura moçambicana: parceiro de desenvolvimento ou usurpador de terra?» In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (eds.). *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE, pp. 397-415.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (n.d.) *Sustenta*. Disponível em: <http://www.fnds.gov.mz/index.php/en/our-projects/project-list/sustenta> (consultado a 27 de Junho de 2019).

- IESE (2011). *Linhas Estratégicas do IESE. IESE Development Strategy*. Maputo: IESE.
- O País (2011). *Guebuza diz que quem critica cooperação com a China está enganado*. Maputo.
- Osmano, M. & Saúte, N. (2010). «Moçambique no Mundo. A Competição Subtil». In: Brito, L.; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (eds.). *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo: IESE, pp. 325-335.
- Taylor, I. (2015) «China and Mozambique: from comrades to capitalists (book review).» *The China Quarterly*. (221), 269-271.
- Times Live (2017) *Ramaphosa says no to wall on SA, Mozambique border*. 15 de Março de 2017. TimesLIVE. Disponível em: <https://www.timeslive.co.za/politics/2017-03-15-ramaphosa-says-no-to-wall-on-sa-mozambique-border/> (consultado a 27 de Junho de 2019).